

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA - RESCISÃO INDIRETA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA ___ VARA DO TRABALHO DE

RECLAMANTE: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

CTPS Nº: _____ SÉRIE: _____ UF: _____

PIS/PASEP: _____

DATA DE NASCIMENTO: ___/___/_____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

RECLAMADA: _____

CNPJ: _____

INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RAMO DE ATIVIDADE: _____

I – DOS FATOS

O Reclamante foi admitido pela Reclamada em ___/___/_____, exercendo a função de

_____,
com jornada de trabalho das ___ às ___ horas, de segunda a sexta-feira, com salário mensal de R\$ _____.

Durante a vigência do contrato de trabalho, a Reclamada descumpriu obrigações legais e contratuais, configurando justa causa do empregador para a rescisão indireta do contrato, conforme artigo 483 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Entre as irregularidades cometidas pela Reclamada destacam-se:

1. Não pagamento regular e integral dos salários, com atrasos e parcelas em aberto;
2. Redução unilateral e injustificada do salário;
3. Exposição do Reclamante a condições de trabalho perigosas e insalubres sem o devido adicional;
4. Não concessão dos intervalos intrajornada previstos em lei;
5. Assédio moral reiterado causando grave dano à integridade psicológica do Reclamante;
6. Descumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho;

7. Falta de recolhimento do FGTS durante todo o período contratual;
8. Outras situações que tornam impossível a continuidade da relação de emprego.

II – DO DIREITO

Nos termos do artigo 483 da CLT, o empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando o empregador:

- Não cumprir as obrigações do contrato;
- Tratar o empregado com rigor excessivo;
- Expor o empregado a perigo manifesto de mal considerável;
- Não cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho;
- Praticar atos lesivos da honra e boa fama;
- Ofender fisicamente o empregado, salvo em caso de legítima defesa;
- Reduzir o trabalho, sendo esta a condição essencial do contrato.

No presente caso, restam evidenciados os motivos que autorizam a rescisão indireta, com fulcro no referido artigo e na jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

III – DAS PROVAS

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente:

- Documental;
- Testemunhal;
- Pericial, caso necessário;
- Depoimento pessoal da Reclamada, sob pena de confissão;
- Outros que se fizerem úteis e necessários.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. O reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho, com a conseqüente condenação da Reclamada ao pagamento das verbas rescisórias devidas em caso de dispensa sem justa causa, quais sejam:

- Aviso prévio indenizado;
- Saldo de salário;
- Férias vencidas e proporcionais acrescidas de 1/3;
- 13º salário proporcional;
- FGTS sobre toda a remuneração com multa de 40%;
- Multa do artigo 477 da CLT;

- Multa do artigo 467 da CLT, se cabível;
- Indenização por danos morais, caso comprovados;
- Juros e correção monetária;
- Honorários advocatícios, na forma da lei.

2. A expedição das guias para levantamento do FGTS e habilitação no seguro-desemprego;
3. A condenação da Reclamada ao pagamento de horas extras e seus reflexos, caso apurados;
4. A concessão dos benefícios da justiça gratuita;
5. A citação da Reclamada para apresentar defesa, sob pena de revelia e confissão;
6. A condenação ao pagamento de honorários advocatícios;
7. A designação de audiência de conciliação, instrução e julgamento.

V – DO VALOR DA CAUSA

Dá-se à presente causa o valor de R\$ _____, para efeitos fiscais e de alçada.

Nestes termos,
Pede deferimento.

_____, _____ de _____ de _____
Local Data

Advogado(a)
OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://documentos-lex.com/reclamacao-trabalhista-rescisao-indireta/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-lex.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.